

# SEGURANÇA *VERSUS* ESTRATÉGIA: SOBRE UM ARTIGO CIENTÍFICO EQUIVOCADO

**ANTÓNIO HORTA FERNANDES**

Coordenador do 1º ciclo de CPRI da FCSH/UNL

Num artigo publicado na revista *Nação e Defesa*, da autoria de Gilberto Carvalho Oliveira, intitulado “A Segurança Internacional nos Estudos de Estratégia e na Teoria da Securitização: uma Abordagem Comparativa Ilustrada pelo Caso da Crise Nuclear Iraniana” (Oliveira, 2015: 134-153), bastante coerente na argumentação, mas motivo de grandes perplexidades no conteúdo, defende-se ser a Estratégia uma espécie de aríete das teses realistas acerca da conflitualidade internacional. Embora o autor também utilize a expressão *estudos estratégicos*, maneja sobretudo o vocábulo *estratégia* para designar o campo de estudos respetivo. Parece-nos a designação mais correta. Todavia, sendo essa a aceção comum no pensamento estratégico continental, Gilberto Carvalho Oliveira parece ignorar olímpicamente toda a reflexão continental sobre a Estratégia, considerada consensualmente como a mais elaborada em termos conceptuais. Talvez se pedisse uma atenção particular à escola estratégica portuguesa, embora o tradicional epigonismo de matriz lusa, tenda em geral a mostrar-se mais inebriado da produção estrangeira. Mas se assim é, a escola francesa, pelo menos essa não poderia faltar; e falta. Contudo, já mais espantoso é o autor dissertar criticamente acerca da Estratégia, atendendo apenas ao mundo anglo-saxónico, sem citar uma única vez os mais relevantes estrategistas provenientes desse mesmo

mundo. Nem Liddell Hart, nem Colin Gray, nem Beatrice Heuser, nem Edward Luttwak, para citar apenas alguns nomes mais conhecidos, aparecem citados.

Pretende igualmente Gilberto Carvalho Oliveira ignorar que a Estratégia, situando-se o seu começo, não só como campo disciplinar autónomo, mas como práxis social face ao conflito hostil, no século XVIII, é anterior à disciplina das Relações Internacionais, e como tal as problemáticas teóricas das relações internacionais nem sempre coincidem com as da Estratégia.

Assim, se bem que Colin Gray, Edward Mead Earle, ou Luttwak poderiam ser considerados afins ao realismo, de qualquer forma, algo a verificar mediante uma leitura aturada dos autores, já Beatrice Heuser ou o Liddell Hart, não nos parecem passíveis de serem tão facilmente qualificados na teia dos realismos.

No caso francês, talvez possamos pensar que eventualmente André Beaufre o possa ser. Mas Jean-Paul Charnay ou Lucien Poirier, não nos parece que o sejam. Hervé Coutau-Bégarie, se é realista, sê-lo-á na linha aroniana, caso Aron seja verdadeiramente um realista, algo bastante discutível (Ramon-Fernandes, 2015: 111-122). Em Portugal, Abel Cabral Couto seria um realista aroniano, António Paulo Duarte não o é de todo, Francisco Abreu é completamente omisso quanto

a esta temática, e nós, se nos é permitido, somos claramente avessos ao realismo.

O que é que o autor tem a dizer sobre isto?

Infelizmente nada.

Refere Gilberto Carvalho Oliveira (2015: 135), que a Estratégia tem o seu foco centrado na relação entre a guerra e a política. É verdade se revalorizarmos, e julgamos que bem, a importância da noção de guerra absoluta como valor de utilidade marginal da guerra. Na verdade, a Estratégia tem como objeto a extensão da hostilidade política entre atores políticos, incluindo aquelas manifestações de constrangimento que não são ou ainda não são bélicas (algumas ações no âmbito da guerra sub-versiva, algumas operações de apoio à paz, mesmo no âmbito da estratégia militar, as estratégias inversas, ou as manobras sobre neutros ou aliados), e na guerra, todo o seu espectro, que vai das intervenções insidiosas à luta armada propriamente dita. Existe ainda um outro problema epistemológico com o objeto da Estratégia, mas que aqui não iremos considerar, a saber: se é possível alargar ou não a Estratégia a todas as manifestações agónicas. Contudo, o autor oferece uma definição tão frágil quanto serôdia de Estratégia, enquanto “processo que converte poder militar em efeitos políticos” (Idem: 135), com base num manual pífio na sua fundamentação teórica, como o é publicado há não muito tempo por Kane e Lonsdale (2012)<sup>1</sup>.

E se é verdade que os autores anglo-americanos, tendem a concentrar, ou pelo menos a privilegiar em última instância a relação da Estratégia com o poder militar, os estrategistas de nomeada já referidos, oriundos desse mundo, conseguem a espaços ter uma noção de grande estratégia mais ampla. Já o autor do artigo comentado parece adotar alegremente uma perspectiva ultrapassada sem mais. O problema não está em Gilberto Carvalho Oliveira estar a falar do flogisto enquanto o debate hoje é quântico, valha a metáfora, mas em se definir como geocentrista (passe-se), nem sequer heliocentrista, num mundo quântico.

Na verdade, Gilberto Carvalho Oliveira segue os juízos de eminentes internacionalistas, citando Barry Buzan, Lene Hansen, e Peter Burguess (Idem: 138, 141). Na senda daquilo já dito por Ken Booth, o qual definiu os estudos estratégicos como disciplina “*concerned with understanding and explaining the military dimension of International Relations*” (Booth, 1994: 21); e também por Keith Krause e Michael Williams, internacionalistas para quem a segurança reflete sobretudo as dimensões não militares da hostilidade, ou a dirimir posteriormente por via militar, enquanto aos estudos estratégicos caberia refletir predominantemente sobre a dimensão militar (Krause e Williams, 1997: 33). Porém, nesta matéria, o autor deveria tomar-se de cautelas porque tais internacionalistas de eminentes nada têm, para ser eufemístico em extremo. Pelo contrário, como se pode observar, as suas conclusões são demasiado estultas por carecerem de justificação cabal.

Não admira pois que Carvalho Oliveira afirme que para a Estratégia a segurança é definida pelas capacidades militares e de defesa do Estado (Idem: 135) quando, nem a Estratégia tem porque ser estatocêntrica, nem as capacidades militares sobraçam a estratégia. A estratégia militar é apenas uma das estratégias gerais, a par de outras, como a económica, a psicológica, a diplomática, a cultural, a ideológica, etc. É com base nesta perspetiva, que se conclui, de forma inexplicável, ainda admitindo que tal perspetiva fosse verdadeira, que a segurança é um domínio objetivo da Estratégia. Ora, a segurança é somente adjetival relativamente à Estratégia, um qualificador intersubjetivo da realização dos objetivos estratégicos. A noção de segurança não dispõe neste domínio de qualquer substantividade, seja um *constructo* social seja fruto de uma leitura epistemológica objetivista.

Vai insistindo o autor que os estrategistas compartilham com os realistas todo um léxico e um conjunto de referências, seja a ideia de anarquia internacional, seja Maquiavel ou Hobbes, além dos

*clichés* habituais, impensados, como, por exemplo, a derivação do conceito de anarquia de Hobbes (Idem: 136 e ss.). Gilberto Carvalho Oliveira pensa mesmo que a operação da estratégia a tempo inteiro e em todos os azimutes, fruto da evolução da concepção e da materialidade bélica no século XX, é um desiderato realista (Idem: 137), quando para a maior parte dos estrategistas, os mais e os menos realista, o que está em causa é a preparação para a conflitualidade hostil alargada, que não pode ficar sem resposta, e que a Estratégia deve morigerar, repercutindo sobre a política efeitos de razoabilidade, com o intuito de evitar uma delapidação desbragada de recursos materiais e de vidas.

Na maioria dos casos, mesmo quando estão subjacentes, na forma de implícitos, racionais realistas, os estrategistas não pensam primariamente no potencial de conversão de diversos fatores em instrumentos da força, antes, diante da possibilidade disso acontecer, na melhor maneira de acautelar a resposta para que em primeira mão se possa dissuadir o adversário e fazer com que ele deixe de ser adversário. Objetaria Gilberto Carvalho Oliveira que então os estrategistas realistas, no fundo, são homens da ética do conflito sem o saberem. Estamos totalmente de acordo, mas tal putativa conclusão o que confuta na raiz são as teses apresentadas por si.

Afirma ainda Carvalho Oliveira que a Estratégia se cristaliza, sobretudo nos EUA, durante a guerra fria, muito por força dos problemas criados pelo advento da era nuclear (Idem: 137-138). Tem toda a razão, é durante a guerra fria que a Estratégia adquire velocidade de cruzeiro, atinge a maturidade e começa a desenvolver a concepção avançada sobre a conflitualidade hostil que hoje a caracteriza. Porém, esse património não advém de afiançar a lógica de poder, antes de contrabalançá-la. Face ao aparecimento da arma atômica, já não era possível manter os fatores de acionamento da guerra total, sob risco de uma catástrofe nuclear. É o momento de maior êxito prático da Estratégia,

ao retroagir com amplo sucesso sobre a decisão política, ajudando os decisores a compreender que todas as estratégias de emprego são no essencial, credibilização dissuasora, estratégias declaratórias, visando o não-emprego. A arma nuclear é ventilada mas para não ser usada. Infelizmente, e não estamos de todo a dizer que seja o caso, nem sempre o sentido das estratégias de dissuasão nuclear é claro para os internacionalistas, na medida em que muitas vezes carecem dos conhecimentos básicos de teoria geral da estratégia.

Não nos debruçamos sobre o conceito de segurança em si mesmo, e sobre a Escola de Copenhaga, pois essa não era a razão deste curto excuro. Não obstante, acaso a nossa perspetiva possa ser de algum interesse, e até porque nunca quisemos evitar o debate sobre o feitiço que o conceito de segurança lançou sobre o mundo ocidental nos tempos que correm, podem ler-se as nossas inquietações em (Fernandes, 2011: 65-76) e num artigo de próxima aparição, intitulado "O Conceito de Segurança: Um Obstáculo à Paz".

Em conclusão, Gilberto Carvalho Oliveira é demasiado exagitado em relação à Estratégia, uma irritação que não vale o esforço porquanto erra por completo o alvo. Bombardear um alvo de papel é uma perda de tempo, porque os verdadeiros adversários estão, não tanto no realismo, mas nas lógicas de poder e societais, incluindo as económicas, vislumbráveis por detrás da camuflagem ideológica proporcionada pelos realismos. Necessário é buscar nos fojos do mundo, onde catam os lobos desta Terra, e aí sim, esses sim, acuá-los; que os verdadeiros lobos, os biológicos, coitados, não têm culpa nenhuma. Doutra modo, faz pena o esforço inglório.

## NOTAS

<sup>1</sup>Em rigor, a definição apresentada por Gilberto Carvalho Oliveira é uma citação dos dois autores britânicos. Estes últimos, todavia, como parecem querer reconhecer outras dimensões operantes na

estratégia contemporânea, tal é a sua evidência, definem a estratégia militar como o uso do poder militar em apoio da grande estratégia (Idem: 13). Grande estratégia essa que combina as atividades militares com outras formas de ação (Idem: 112). Porém, é igualmente certo que Kane e Lonsdale continuam a ver na grande estratégia o predomínio do militar, não sendo também totalmente claro se as outras formas de ação que se mesclam com a estratégia para produzir resultados estratégicos são estratégicas em sentido próprio, ou respondem a distintos empreendimentos e planos. Dá ideia que o não são, se atendermos à definição inicial de estratégia. O que levanta de imediato outra aporia: a de se considerar a estratégia como tarefa de planeamento evacuando a dimensão agónica. Enfim, demasiadas aporias escolares face a uma arquitetura estratégica já robustamente estabelecida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Booth, Ken (1994). *Key Guide to Information Sources in Strategic Studies*. London: Mansell.
- Fernandes, António Horta (2011). *Acolher ou Vencer? A Guerra e a Estratégia na Actualidade*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Krause, Keith e Michael Williams (1997). "From Strategy to Security: Foundations of Critical Security Studies" em Keith Krause e Michael Williams (eds.), *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. London: University of Minnesota Press.
- Oliveira, Gilberto Carvalho (2015). "A Segurança Internacional nos Estudos de Estratégia e na Teoria da Securitização: uma Abordagem Comparativa Ilustrada pelo Caso da Crise Nuclear Iraniana". *Nação e Defesa* nº140, pp.134-153.
- Ramon-Fernandes, Vítor (2015). "Ontologia e Epistemologia da Ordem Internacional em Raymond Aron". *Relações Internacionais* nº45, pp.111-122.